

REQUERIMENTO

Assunto: *Solicitando ao prefeito informações sobre a possibilidade de iniciar estudos para extinção das menores referências salariais e reenquadramento dos servidores públicos municipais, visando sua valorização.*

Requeiro à Mesa, na forma regimental e consultado o Plenário, oficie-se ao Exmo. Sr. Prefeito para que através do setor competente da Municipalidade informe a esta Casa de Leis sobre a possibilidade de iniciar estudos técnicos e administrativos voltados à extinção das menores referências salariais do quadro de servidores públicos municipais e o consequente reenquadramento dos demais, bem como a adoção de outras medidas que promovam a valorização financeira da categoria.

Tal solicitação se justifica pelos seguintes fatores:

- A grave situação econômica do país, que tem gerado perda do poder de compra;
- O aumento da alíquota previdenciária de 14% para 16% após a reforma da Previdência municipal;
- A baixa remuneração praticada nas menores referências salariais, que afetam justamente servidores que, em sua maioria, trabalham mais de 42 horas semanais;
- A defasagem acumulada ao longo dos anos, que tem levado muitos servidores a enfrentarem dificuldades para manter sua subsistência com dignidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

Além do reenquadramento salarial, outra medida possível seria a nova adequação do vale-alimentação, como forma de compensação e alívio imediato ao impacto causado pela defasagem e aumento de descontos legais.

Ressalto que, embora este Vereador tenha plena consciência das limitações orçamentárias do município, é imprescindível que a Administração inicie um processo de revisão e valorização do funcionalismo público, reconhecendo a importância e o esforço diário dos servidores no atendimento à população e na manutenção dos serviços essenciais.

Sala das Sessões, assinado e datado eletronicamente.

MARQUINHO MOREIRA
Vereador – REPUBLICANOS

Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

